



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXVII PALMAS, TERÇA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 2017. Nº 2534



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Mauro Carlesse (PHS)

1º Vice-Presidente: Dep. Luana Ribeiro (PDT)

2º Vice-Presidente: Dep. Toinho Andrade (PSD)

1º Secretário: Dep. Jorge Frederico (PSC)

2º Secretário: Dep. Nilton Franco (PMDB)

3º Secretário: Dep. Cleiton Cardoso (PSL)

4º Secretário: Dep. Zé Roberto (PT)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reuniões às terças-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Ricardo Ayres - Vice-Presidente
Dep. Olyntho Neto - Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Amália Santana
Dep. Rocha Miranda
Dep. Eli Borges
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reuniões às quartas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. José Bonifácio - Presidente
Dep. Paulo Mourão
Dep. Eduardo do Dertins - Vice-Presidente
Dep. Elenil da Penha
Dep. Junior Evangelista

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Rocha Miranda
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reuniões às terças-feiras, às 11 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Zé Roberto
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda - Presidente
Dep. Júnior Evangelista - Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Eli Borges
Dep. Valdemar Junior
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reuniões às quartas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Zé Roberto - Vice-Presidente
Dep. Eli Borges - Presidente
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Cleiton Cardoso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Amália Santana
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Elenil da Penha
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Reuniões às quintas-feiras, às 15 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana - Presidente
Dep. Eli Borges - Vice-Presidente
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Osires Damaso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Paulo Mourão
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Reuniões às terças-feiras, às 9 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. José Bonifácio
Dep. Valdez C. Branco - Vice-Presidente
Dep. Eli Borges
Dep. Osires Damaso
Dep. Wanderlei Barbosa - Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Zé Roberto
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Cleiton Cardoso
Dep. Vilmar de Oliveira

COMISSÃO DE SAÚDE, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Reuniões às quintas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro - Vice-Presidente
Dep. Valdez C. Branco - Presidente
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Cleiton Cardoso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Amália Santana
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões às quintas-feiras, às 17 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro - Presidente
Dep. Paulo Mourão - Vice-Presidente
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Olyntho Neto

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Zé Roberto
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Júnior Evangelista

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana
Dep. Rocha Miranda
Dep. Olyntho Neto
Dep. Vilmar de Oliveira

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Zé Roberto
Dep. Rocha Miranda
Dep. Junior Evangelista
Dep. Wanderlei Barbosa

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana - Presidente
Dep. Osires Damaso
Dep. Amélio Cayres
Dep. Cleiton Cardoso - Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Júnior Evangelista
Dep. Vilmar de Oliveira
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões às terças-feiras, às 10 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Paulo Mourão - Presidente
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda - Vice-Presidente
Dep. Júnior Evangelista

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Eli Borges
Dep. Valdemar Junior
Dep. Olyntho Neto

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa
Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Taquigrafia e Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

PROJETO DE LEI Nº 163/2017

Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Alysson Francisco de Lima.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta:

Art. 1º Fica concedido Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Alysson Francisco de Lima.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Alysson Francisco de Lima nasceu em Londrina, PR, no dia 2 de abril de 1975. Viveu sua infância em Campo Mourão, terra de seus pais. Filho de Jesus Francisco de Lima, policial civil, falecido no dia 19/08/2016, aos 70 anos, e da professora aposentada Jurema da Luz Lima, que hoje mora em Porto Nacional no Tocantins.

Alysson Lima tem mais três irmãos. Alex, Adriano e Aluísio. É casado e pai de três filhos: Gustavo, Giovana e Ingrid. Em 2010, conheceu sua esposa, Michele de Sousa Carvalho quando ainda era estudante universitária. Casou-se em janeiro de 2016, com a então assistente social. É evangélico e frequenta a igreja batista na cidade de Goiânia.

Cursou o ensino fundamental no Tocantins e concluiu os estudos no Paraná. Graduado em Marketing pela Faculdade Norte do Paraná. Ainda menino, vendeu picolé e bolo para ajudar no orçamento familiar. Aos 15 anos, começou a trabalhar em uma serraria. Depois de um acidente no trabalho, em 1990, Alysson Lima perdeu parte de um dedo da mão direita.

Foi no hospital que a vida dele começou a mudar. Enquanto esperava atendimento médico, ouviu nas caixas de som no corredor da unidade um anúncio de emprego. A vaga era para locutor de uma rádio. Tinha que fazer teste. Ele não tinha dúvida e foi atrás da realização de um sonho.

Dono de uma voz que rendeu muitos elogios, Alysson Lima sempre soube do seu potencial e acreditou nele depois de vários incentivos.

Não tinha experiência, mas coragem para falar com o dono da rádio. O início de uma carreira promissora foi no mesmo ano, na Rádio Imperial de Porto Nacional. Trabalhou também na Rádio Araguaia, do grupo Jaime Câmara, em Gurupi, e na Rádio 98 FM em Campo Mourão, no Paraná. Em 1995, foi para Aracaju, onde trabalhou na Jovem Pan, e de lá foi para São Paulo, onde trabalhou no mesmo grupo durante oito anos.

Alysson Lima voltou para o Tocantins em 2003, onde iniciou sua carreira na televisão. Apresentou durante cinco anos o programa Tocantins Urgente na Bandeirantes e no SBT. Foi o primeiro contato com o jornalismo popular.

O comunicador resolveu voltar para rádio diante de uma proposta irrecusável. Tinha a oportunidade de trabalhar novamente na Rádio 99 FM na capital e de apresentar um programa de televisão na Record TV, onde comanda o Goiás no Ar até hoje.

Por estar envolvido diretamente com as necessidades da população, o apresentador ousou ir mais longe. Alysson Lima conhece as cinco regiões do Brasil e uma realidade social que

precisava ser mudada. Dispôs-se a isso candidatando-se à função de vereador em Goiânia.

A vida pública e de trabalho em prol da sociedade sempre foi um desejo de Lima.

O envolvimento com a política começou em 1990. Alysson Lima fez locução de campanhas políticas no Tocantins. Ajudou na campanha de um vereador em 2004. Em 2006, ajudou na campanha de um Deputado Estadual. Em 2008, chegou a vez dele. Foi candidato a vereador. Teve mais de 900 votos. Ficou entre os 20 mais votados, só que não conseguiu se eleger, ficando como suplente. Em 2016, a convite do presidente do PRB, resolveu se candidatar a vereador em Goiânia. Na sua primeira eleição na capital foi eleito com a expressiva votação de 7.257 votos, sendo o sexto parlamentar mais bem votado.

No seu primeiro mandato, o vereador Alysson Lima apresentou vários projetos relevantes e tem cobrado com rigor os direitos da população, além de combater a corrupção com coragem, e bem à vontade, por ser dono de uma ficha limpa no meio político.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 2017.

VALDEMARJÚNIOR

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 184/2017

Altera a redação da alínea "a" da Nota 04, do Anexo Único da Lei nº 2.828, de 12 de março de 2014 - Tabela 1.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta:

Art. 1º Fica alterada a alínea "a" da NOTA 04, do Anexo Único da Lei nº 2.828, de 12 de março de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"a) consideram-se como sem conteúdo financeiro, dentre outras, as escrituras de reconhecimento de união estável, de paternidade, de sociedade de fato, de emancipação e de **renúncia pura e simples referente a imóvel rural objeto de regularização fundiária pelo Estado do Tocantins**".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a inclusão da Escritura de Renúncia Pura e Simples dos imóveis rurais que são objeto de regularização fundiária pelo Estado do Tocantins, nos "Atos sem conteúdo financeiro" para fins de cobrança de emolumentos de que trata a Lei nº 2.828, de 12 de março de 2014, com base nos seguintes motivos:

A Escritura de Renúncia Pura e Simples não constitui transmissão de propriedade e, sim, apenas a renúncia pura e simples dos direitos sobre a propriedade para fins de baixa de matrícula e registro cartorário, que permitirão que o Estado do Tocantins promova a arrecadação das áreas e emita o título definitivo àquele possuidor da terra.

Se não for este o tratamento dado aos inúmeros processos que tramitam e devem tramitar junto ao Itertins, para fins de regularização dos imóveis rurais localizados no Estado do Tocantins, estaremos penalizando os reais proprietários dos imóveis com o pagamento de pesados emolumentos e imposto sobre a transmissão, quando na realidade aquele que já detém a propriedade continuará sendo o proprietário.

Por força de lei, é necessária a emissão de documento definitivo das áreas rurais, portanto, aquele que detém a escritura do imóvel rural, originária de direito paroquial, deve renunciar desta escritura, a fim de receber novo documento do órgão competente, o que não justifica ter que arcar com os encargos sobre a baixa desta escritura, uma vez que continuará sendo o proprietário do bem imóvel.

Ademais, porque o já proprietário (renunciante) terá que arcar com o pagamento do valor da terra nua e mais os emolumentos e imposto de transmissão da área, após a emissão do título definitivo pelo Itertins.

A renúncia pura e simples é permitida pelo Código Civil de 2002, bem como é matéria pacífica em nossos tribunais quanto ao não pagamento por parte do renunciante dos valores relativos aos ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, nesses casos.

O que se propõe é o justo tratamento àqueles que, por inge- rência externa, estão obrigados a promover a regularização fundiária de suas terras tendo que arcar com despesas que muitas vezes inviabilizam a regularização, pois o pequeno proprietário só tem aquele bem e está sujeito a ter que vender parte da área para pagar referidas despesas.

Assim, através da alteração da Lei nº 2.828, de 12 de março de 2014, a renúncia pura e simples, nestes casos, passa a ser "Ato sem conteúdo financeiro", sobre os quais não há incidência de imposto de transmissão, pois esta não ocorre, bem como os emolumentos são diferenciados. Diante do exposto peço, portanto, aos Nobres Pares apoio e o voto para que somemos esforços para aprovação do presente Projeto de Lei, pelo largo alcance que este representa.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 2017.

MAURO CARLESSE

Deputado Estadual

Atas das Sessões Plenárias

8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa

24 de outubro de 2017

Ata da Centésima Décima Segunda Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia vinte e quatro do mês de outubro, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Toinho Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Eli Borges, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Alan Barbiero, Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Eli Borges, Jorge Frederico, José Augusto, José Bonifácio, Júnior Evangelista, Mauro Carlesse, Nilton Franco, Olyntho Neto, Osires Damaso, Paulo Mourão, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana e Valderez Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Rocha Miranda e Ricardo Ayres. Estava ausente a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Após a leitura do Texto Bíblico, o Se-

nhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 88/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 40/2017, que “dispõe sobre o parcelamento e o reparcelamento de débitos com o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, na forma que especifica, e adota outra providência”; Mensagem número 93/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 42/2017, que “extingue formalmente o Programa Pioneiros Mirins, e adota outras providências”; Projeto de número 176/2017, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a criação do Programa Moto em Dia, no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 189/2017, de autoria do Senhor Deputado Eduardo do Dertins, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Grota de Laje – Aspagrol, com sede no município de Xambioá-TO”; Projeto de Lei número 191/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a transparência da lista de espera dos pacientes que aguardam exames e intervenções cirúrgicas eletivas na rede estadual de saúde”; Projeto de Lei número 192/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “acrescenta o artigo 21-A à Lei número 1.017, de 20 de novembro de 1998, que dispõe sobre a prestação, regulação, fiscalização e controle dos serviços de abastecimento sanitário no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; Ofício número 217/2017, oriundo do Ministério Público do Estado, encaminhando o Projeto de Lei Complementar número 3/2017, que “revoga-se o inciso VI, do art. 23 da Lei Complementar Estadual número 51, de 2 de janeiro de 2008, que Institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”; e Ofício de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, informando que foi deliberado na Reunião de Instalação da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, que as Reuniões Ordinárias acontecerão às quintas-feiras, às dezessete horas. Logo após, assumiu a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Nilton Franco. Na Apresentação de Matérias, foram entregues o Projeto de Lei que recebeu o número 200/2017, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa; e os Requerimentos que receberam os números 2.069 a 2.084. Em seguida, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, suspendeu a Sessão pelo prazo de até vinte minutos, para Reunião com os Senhores Deputados na Sala Vip, reabrindo-a às dezessete horas e doze minutos. Logo após, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Jorge Frederico. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Em seguida, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e treze minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa

25 de outubro de 2017

Ata da Centésima Décima Terceira Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte e cinco do mês de outubro, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Mauro

Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Primeiro-Secretário e Nilton Franco, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Alan Barbiero, Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Eli Borges, Jorge Frederico, José Augusto, José Bonifácio, Júnior Evangelista, Nilton Franco, Olyntho Neto, Osires Damaso, Toinho Andrade, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Valdez Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Rocha Miranda e Ricardo Ayres. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos e Paulo Mourão. Após a leitura do Texto Bíblico, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Jorge Frederico. Em seguida, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Logo após, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 193/2017, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Mão Amiga de Lagoa da Confusão-TO”; Projeto de Lei número 194/2017, de autoria do Senhor Deputado José Bonifácio, que “altera a Lei número 1.959, de 14 de agosto de 2008, que dispõe sobre a proibição da queima, derrubada e uso predatório das palmeiras do coco-babaçu, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 198/2017, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “altera a Lei número 1.286, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre Custas Judiciais, Emolumentos, e adota outras providências”; Projeto de Resolução número 7/2017, de autoria da Senhora Deputada Valdez Castelo Branco, que “dispõe sobre a criação de aplicativo gratuito de tecnologia móvel, para acesso rápido dos cidadãos às leis estaduais que lhe instituem direitos”; Ofícios oriundos do Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; e Ofício oriundo da Agência Tocantinense de Transportes e Obras – Ageto, em resposta a Requerimentos de autoria do Senhor Deputado Rocha Miranda. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Requerimentos que receberam os números 2.085 a 2.102. Em seguida, foram aprovadas as urgências dos Requerimentos que receberam os números 2.069, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; 2.070, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão; e 2.096 e 2.098, de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse. Logo após, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Cleiton Cardoso. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna o Senhor Deputado Wanderlei Barbosa. Na deliberação da Ordem do Dia, foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 16/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 3.177, de 28 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2017, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 104/2017; 7/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Xambioá a área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência”; 21/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera o Anexo II da Lei número 3.177, de 28 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2017, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 161/2017; 27/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado,

que “institui as Unidades Escolares Indígenas que especifica”, que deu origem ao Processo número 143/2017; 28/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a renegociar a operação de crédito que especifica, firmada com o BNDES”, que deu origem ao Processo número 239/2017; 31/2017, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “declara patrimônio cultural imaterial do povo tocantinense as quadrilhas juninas e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 55/2017; 32/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “ratifica o protocolo de Intenções do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, firmado entre os Estado do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, de Mato Grosso, do Pará, de Roraima e do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 225/2017; 53/2017, de autoria do Senhor Deputado Rocha Miranda, que “institui o Passeio Ciclístico Ecológico de Ananás e Riachinho-TO, como evento do calendário oficial do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 70/2017; 58/2017, de autoria do Senhor Deputado Alan Barbiero, que “institui no Estado do Tocantins o evento desportivo oficial: “Olimpíadas Estaduais da Pessoa com Deficiência”, (Paraolimpíadas Estaduais”, que deu origem ao Processo número 130/2017; 59/2017, de autoria do Senhor Deputado Alan Barbiero, que “institui no Estado do Tocantins a Semana Estadual da Pessoa com Deficiência”, que deu origem ao Processo número 76/2017; 96/2017, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana, que “institui a Semana Estadual de Prevenção e Combate à Depressão no Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 129/2017; 114/2017, de autoria do Senhor Deputado Alan Barbiero, que “institui a Semana Estadual de Conscientização sobre a Atrofia Muscular Espinhal, no Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 158/2017; 333/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “Institui o Programa Tocantins é limpeza em áreas e logradouros públicos, no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 336/2017; 334/2017, de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse, que “institui a Semana Estadual de Prevenção aos Acidentes de Moto, no Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 348/2017; e 115/2016, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “institui o parcelamento do pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor – IPVA em dez vezes”, que deu origem ao Processo número 258/2016; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 1/2017, de autoria da Defensoria Pública do Estado, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos cargos de provimento em comissão de confiança da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 149/2017; o qual votado, nominalmente, foi aprovado com treze votos sim, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números 2.059, 2.026, 1.989, 1.956, 2.021, 1.934, 2.062, 1.954, 1.933, 1.939, 1.955, 2.022, 2.023, 2.024, 2.044, 2.064, 2.065, 2.025, 2.014, 2.015, 2.016, 2.045, 1.988, 1.938, 1.969, 1.993, 2.007, 2.057, 2.066, 2.067, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 1.912, 1.913, 1.914, 1.915, 2.061, 1.916, 1.917, 1.994, 752, 753, 826, 864, 817, 883, 1.909, 1.910, 1.911, 1.992, 748, 749, 750, 751, 755, 756, 757, 758, 770, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 806, 807, 808 809, 825 e 829, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Em seguida, assumiu a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Elenil da Penha. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presi-

dente encerrou a Sessão às doze horas e trinta e sete minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

Atos Administrativos

PORTARIA Nº 329/2017

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 78, da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015 e com fundamento no disposto no art. 83, da Lei nº 1818, de

23 de agosto de 2007, combinado com o art. 5º da Portaria nº 183-P, de 12 de maio de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER, por necessidade do serviço, as férias legais do servidor **Regismarques Soares Camarço**, matrícula nº 264, Assistente Legislativo - Administrativo, referente ao período aquisitivo de 01/03/2012 a 28/02/2013, de 03/11/2017 a 17/11/2017, para gozá-la no período de 08/01/2018 a 22/01/2018.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 20 dias do mês de novembro de 2017.

SANDRO HENRIQUE ARMANDO

Diretor-Geral

DEPUTADOS DA 8ª LEGISLATURA

Alan Barbiero (PSB-Suplente)

Amália Santana (PT)

Amélio Cayres (SD)

Cleiton Cardoso (PSL)

Eduardo do Dertins (PPS)

Eduardo Siqueira Campos (DEM)

Elenil da Penha (PMDB)

Eli Borges (PROS)

Jorge Frederico (PSC)

José Augusto (Suplente)

José Bonifácio (PR)

Júnior Evangelista (PSC)

Luana Ribeiro (PDT)

Mauro Carlesse (PHS)

Nilton Franco (PMDB)

Olyntho Neto (PSDB)

Osires Damaso (PSC)

Paulo Mourão (PT)

Ricardo Ayres (PSB - Licenciado)

Rocha Miranda (PMDB - Licenciado)

Toinho Andrade (PSD)

Valdemar Júnior (PMDB)

Valderez Castelo Branco (PP)

Vilmar de Oliveira (SD)

Wanderlei Barbosa (SD)

Zé Roberto (PT)